

A Ilha do Marajó na Viagem Philosophica (1783-1792) de Alexandre Rodrigues Ferreira¹

The Marajó Island in the Book *Viagem Philosophica* (1783-1792),
by Alexandre Rodrigues Ferreira

Ermelinda Moutinho Pataca²

Resumo: Pouco estudado e explorado nesses dois séculos de sua existência, o vastíssimo acervo iconográfico resultante da Viagem Philosophica serve, principalmente, como registro da natureza que estava sendo explorada e estudada, o que nos leva a considerá-lo principalmente em seus aspectos científicos. Como fontes documentais sobre a Amazônia do século XVIII, as imagens podem ser estudadas por historiadores interessados nos diversos ramos científicos abordados na viagem, como Arquitetura, Zoologia, Botânica, Mineralogia, Antropologia ou Geografia, mas também são obras de arte que devem ser estudadas por seus aspectos estéticos. Portanto, para que haja um completo entendimento da iconografia da expedição é necessário que haja uma integração entre arte e ciência. Neste trabalho reconstituímos a trajetória da Viagem Philosophica numa excursão para a ilha de Joannes, ou Marajó, entre outubro e novembro de 1783. Analisamos as imagens geográficas, botânicas, zoológicas e etnográficas produzidas pelos desenhistas José Joaquim Freire e Joaquim José Codina como principal fonte de informação. As imagens são analisadas de forma complementar às fontes escritas pelo naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira e às relações de remessas de produtos naturais do jardineiro botânico Agostinho Joaquim do Cabo. Consideramos, ainda, o contexto político, econômico e social em que a expedição se inseria.

Palavras-Chave: Viagem Philosophica, Ilha do Marajó, Desenhos de animais, História da arte e ciência, Perspectivas de cidades.

Abstract: A little studied and explored in these two centuries of its existence, the huge iconographic heap as a result from the Philosophical Journey works mainly as a Amazon nature's record, which leads us to consider it mainly on its scientific aspects. As a proof source about Amazon in the eighteenth century, the images can be studied by historians interested on the several scientific branches approached in the journey, like Architecture, Zoology, Botany, Mineralogy, Anthropology or Geography, but they are also masterpieces that must be studied for its aesthetics aspects. Thus, in order to have a complete understanding about the iconography of the travel there must be integration between arts and science. In these Work we reconstitute the trajectory of the Philosophical Journey in an excursion to Joanne's island, or Marajó, between October and November 1783. We have analyzed the geographical, botanical, zoological and ethnographical images produced by the sketchers José Joaquim Freire and Joaquim José Codina as the main information source. The images are analyzed in a complementary way to the sources written by the naturalist Alexandre Rodrigues Ferreira and the relations of the natural products delivery from the botanical gardener Agostinho Joaquim do Cabo. We have also considered the political, economical and social context on which the expedition was inserted.

Key Words: Philosophical Journey, Marajó island, Zoological drawings, History of art and science, Village's perspectives

¹ Parte da dissertação de mestrado da autora. Instituto de Geociências da UNICAMP, com orientação da Professora Doutora Maria Margaret Lopes.

² UNICAMP-Universidade Estadual de Campinas. Doutoranda. Departamento de Geociências Aplicadas ao Ensino do Instituto de Geociências. (empataca@ige.unicamp.br)

INTRODUÇÃO

No final do século XVIII, Portugal empreendeu sua maior expedição científica ao Brasil durante seu domínio colonial. No dia primeiro de setembro de 1783 o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira³, o jardineiro botânico Agostinho Joaquim do Cabo e os desenhistas José Joaquim Freire e Joaquim José Codina partiram de Lisboa para o Pará nas Charruas Águia e Coração de Jesus a fim de empreender a “Viagem Philosophica pelas capitâncias do Grão-Pará, Rio Negro, Matto Grosso e Cuiabá”. Os membros da expedição tinham como missão recolher e aprontar todos os produtos dos três reinos da natureza que encontrassem e remetê-los ao Real Museu de Lisboa, bem como fazer particulares observações filosóficas e políticas acerca de todos os objetos de viagem.

A elaboração e a execução da Viagem Philosophica fazia parte da política científica portuguesa de fomentar a produção de matérias-primas para a indústria, de promover um renascimento da agricultura e do comércio para compensar as oscilações dos rendimentos do *quinto*, os inconvenientes de um sistema fiscal sobrecarregado, a baixa do preço do açúcar, a perda das terras do oriente (DIAS, 1968; NOVAIS, 1995). Os estudos em ciências naturais com finalidade de *descrever o globo terrestre* foram formas simbólicas de apropriação planetária que se realizam através das grandes expedições científicas, dos museus de história natural, dos jardins botânicos, das coleções de História Natural, dos sistemas e das taxonomias européias (PRATT, 1991, p. 154).

A Viagem Philosophica percorreu um vastíssimo território, compreendendo os rios Amazonas, Negro, Branco, Madeira, Guaporé, Mamoré e

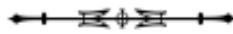
Paraguai, juntamente com seus afluentes, numa extensão de aproximadamente 39.000 km. Os membros da expedição regressaram a Lisboa em janeiro de 1793. Durante a expedição, Alexandre Rodrigues Ferreira compôs diversos textos, como memórias, diários e roteiros, que eram remetidos para Lisboa. Porém, Ferreira não chegou a ver a publicação de suas obras.

Pouco tempo após a chegada em Belém, os membros da expedição partiram para a ilha de Joannes (atualmente ilha do Marajó) em 7 de novembro e retornaram a Belém em 10 de dezembro de 1783. A excursão para a ilha foi sugerida pelo governador do estado do Grão-Pará e o Inspetor Geral, Florentino da Silveira Frade, acompanhou os membros da expedição.

Apesar da brevidade de tempo na ilha do Marajó (33 dias), os membros da expedição fizeram muitas observações, preparações e desenhos. A extensa bibliografia que trata da Viagem Philosophica concentrou-se, principalmente, nas obras impressas de Alexandre Rodrigues Ferreira, sobretudo no *Diário do Rio Negro* (escrito em 1786). Como muitos dos textos referentes à capitania do Pará ainda não foram publicados e o texto sobre a ilha de Joannes ser pouco citado pelos historiadores que trataram da Viagem Philosophica, a primeira etapa da expedição que compreende a capitania do Grão-Pará foi pouco tratada na bibliografia.

Com o objetivo de contribuir com a história das ciências realizadas na Amazônia no período colonial, neste trabalho seguimos a trajetória da Viagem Philosophica, considerando os textos e as imagens produzidos na ilha de Joannes ou Marajó entre outubro e novembro de 1783. Nossa premissa básica é de uma aproximação entre arte e ciência

³ Alexandre Rodrigues Ferreira nasceu em Salvador em 1756 e morreu em Lisboa em 1815. Pertenceu a primeira turma de bacharéis em “Philosophia natural”, de 1778, na Universidade de Coimbra. Foi discípulo de Domingos Vandelli e demonstrador de história natural no Museu de Ajuda de 1779 a 1783. É muito vasta a bibliografia sobre a vida de obra de Alexandre Rodrigues Ferreira. Para maiores informações biográficas deste importante naturalista consultar Correa Filho (1939).



para a produção de imagens e textos que são carregados de proposições estéticas junto às descrições detalhadas sobre a geografia, os animais, as plantas e os minerais de cada local.

ARTE E CIÊNCIA NAS REPRESENTAÇÕES TEXTUAIS E IMAGÉTICAS DA ILHA DE MARAJÓ

Raros são os estudos em história das ciências que utilizam outras linguagens para suas análises, além das linguagens verbal e matemática, fortemente valorizadas na hierarquia das instituições educacionais. A grande maioria dos estudos de história das ciências utiliza, quase exclusivamente, fontes escritas, sendo os componentes visuais das fontes materiais originais esquecidos ou reduzidos a um papel puramente ilustrativo e decorativo. Poucas ilustrações originais são reproduzidas e, quando isto ocorre, são raramente integradas ao texto pelo uso substancial de exposição conceitual (RUDWICK, 1976; FIGUEIRÔA, 1987).

Assim, na história das ciências nota-se um desequilíbrio entre a reflexão metodológica – e a consequente produção de instrumental analítico – versando sobre fontes escritas e aquela envolvendo outros tipos de fontes. Este quadro na história das ciências se relaciona à falta de uma forte tradição intelectual em que os modos de comunicação visual fossem aceitos como essenciais para análises históricas e entendimentos do conhecimento científico (RUDWICK, 1976; FIGUEIRÔA, 1987).

No entanto, nas últimas décadas, historiadores da ciência começaram a voltar sua atenção para outros aspectos das ciências como as imagens, práticas e instrumentos (RUDWICK, 1976). No que se refere à iconografia luso-brasileira do final do século XVIII e particularmente da Viagem Philosophica, Belluzzo (1994, p. 60) considera que as representações visuais

não se oferecem apenas pelas suas qualificações artísticas, mas também devem ser entendidas em suas proposições científicas. Porém, para tratarmos da associação entre arte e ciência no estudo das imagens da expedição, devemos ter alguma indicação concreta que naquela época havia uma relação direta entre ciência e a produção pictórica da Viagem Philosophica.

A vasta bibliografia sobre a Viagem Philosophica sempre centrou seu foco de atenção na vida e obra do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, esquecendo-se dos outros personagens e fontes documentais como as imagens e coleções de História Natural. No entanto, nos últimos anos este quadro está se revertendo e alguns historiadores têm se voltado para os desenhos, enquanto outros vêm estudando as coleções zoológicas, botânicas e etnográficas (RAMINELLI, 1998; AREIA; MIRANDA, 1995, 1991; HARTMANN, 1975, 1991).

Em nosso caso, pretendemos discutir o significado das imagens da Viagem Philosophica no campo da história das ciências quanto a sua principal função de documentação para os estudos de história natural e classificação geográfica da época. Porém, considerando que tais imagens não se restringem apenas a propósitos científicos, mas contêm também elementos artísticos, somos levados a considerá-las de modo interdisciplinar buscando elementos relacionados à sua produção e utilização em ciências naturais. O próprio Alexandre Rodrigues Ferreira considerava a complementaridade entre as funções estética e documental dos desenhos de Freire e Codina:

"q no princípio [os desenhos] servem de exercitar o gosto, e dar a ver o útil adoçado com o deleitável"⁴.

Os historiadores da arte nos últimos anos têm ampliado seu campo de estudo quando começaram a tratar de outros objetos, além do que era

⁴ Em uma carta de 21 de Março de 1784 (LIMA, 1953).

anteriormente estipulado como arte, abrindo possibilidades de maiores interações entre arte e ciência, dos quais muitos autores passaram a tratar. Baxandall (1989, p. 92) foi um dos autores que tratou da relação entre arte e ciência e dos limites da aproximação entre o interesse visual dos quadros e o pensamento científico que a precede. Esta aproximação se justifica pela participação dos artistas numa cultura mais ampla que os levava a se informarem sobre os conceitos científicos de sua época. Deste modo, as representações pictóricas devem ser tratadas como um conjunto do conhecimento humano (tanto artístico quanto científico) e não de forma fragmentária. Sob esta perspectiva, este autor não restringe o estudo das imagens apenas ao campo da história da arte, mas sim sob o conceito de *cultura visual* para um estudo mais amplo das imagens, que considera, além de suas proposições artísticas, o contexto em que as obras foram produzidas. Esta perspectiva possibilita uma ampliação dos objetos a serem tratados pelos historiadores da arte, como os mapas, atlas, estampas de tecidos, enfim, todos os objetos de apreensão visual.

No estudo da arte holandesa do século XVII Alpers (1999) utiliza-se desta conceituação de *cultura visual*, numa perspectiva de aproximação entre arte e ciência. Os elementos contidos nas representações como os desenhos, pinturas, gravuras e mapas são integrados ao contexto cultural em que são produzidas, considerando-se os conceitos científicos, artísticos, as teorias da visão e da percepção, a organização de guildas, as atividades econômicas e sociais do contexto da produção das imagens.

Sob um enfoque multidisciplinar e de completa integração entre os diversos elementos das representações, há que se considerar a integração entre texto e imagem, produtos dos estudos científicos da expedição, para o maior entendimento das mesmas. Os desenhos produzidos durante a expedição, com seu caráter essencialmente descritivo, tinham a função de complementar os

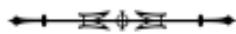
textos que estavam sendo produzidos. José Antônio de Sá (1783, p. 210), naturalista português contemporâneo a Ferreira, aponta a função dos desenhos nas Viagens:

"Entre a descrição das coisas entra também o Risco, e Pintura, a qual se aplicará aqueles objetos, que a narração não for capaz de descrever perfeitamente, e em clareza".

Considerados de forma complementar, as imagens descrevem aquilo que não pode ser dito em palavras e o texto descreve aquilo que não pode ser representado em imagens. Aqui, texto e imagem são considerados como registros irredutíveis que se cruzam, vinculam-se e transformam-s e, mas que nunca se confundem, pois são linguagens distintas. As integrações entre texto e imagem podem ser consideradas em dois sentidos: o de complementaridade, em que as informações contidas nas imagens complementam o conteúdo do texto e vice-versa; e o de transformação: "a imagem atravessa os textos e lhes muda; atravessados por ela, os textos a transformam" (MARIN, 1993, p. 9).

As imagens, juntamente com os textos que lhes são complementares, são consideradas como representações da Viagem Philosophica, no mesmo duplo sentido atribuído por Marin (1993) de apresentação do ausente (tornando presente uma ausência) – e de auto-representação – exibindo sua própria presença como imagem através do observador, em seu afeto e sentidos provocados pelo prazer estético.

A complementaridade entre os desenhos e os textos nos leva a analisá-los em conjunto através de suas relações explícitas ou implícitas, considerando os textos de acordo com as circunstâncias e objetivos em que foram produzidos. Os textos da Viagem Philosophica, escritos antes, durante e posteriormente à expedição, diferenciam-se quanto à forma e às circunstâncias que foram escritos, dos quais devemos destacar, principalmente, as instruções da viagem, as memórias, os diários, os roteiros, as correspondências e os jornais de viagens. Esses documentos estabelecem conexões diversas entre eles e as imagens e devem ser



submetidos a considerações distintas durante sua análise. As descrições sobre a ilha do Marajó encontram-se, principalmente, na:

"Noticia historica da Ilha Grande de Joannes ou Marajó"

Podemos dizer que este texto, escrito posteriormente à expedição para a ilha do Marajó em 20 de dezembro de 1783, é uma espécie de diário de viagem. Como anotações imediatas feitas durante a viagem, os diários contêm informações sobre o cotidiano da expedição e dados científicos. A forma descritiva e minuciosa dos diários fornece muitas informações e detalhes, como os locais, a data, a autoria dos desenhos e o ambiente em que foram coletadas as espécies animais e vegetais que posteriormente não comporiam as memórias e são de suma importância para a análise do cotidiano da expedição. Ferreira concentrou-se em narrar diversas observações históricas e naturalísticas da ilha, de acordo com seus objetivos expressos no início do texto:

Trabalhar com sucesso no exame das produções, que há, e podem haver na Ilha de Joanes, por outro nome Marajó, e se rever de cada uma delas uma história circunstanciada como merecem as suas propriedades, ou seus usos, as suas aplicações, em todas elas rastejar quanto podem a razão, e os sentidos corporais... (Notícia histórica, p. 145)

A *Notícia histórica* é realmente bastante abrangente, com descrições geográficas, mineralógicas, agrícolas, históricas, botânicas e zoológicas da ilha do Marajó, a fim de mostrar um amplo levantamento científico, político e artístico do local, prática comum dos naturalistas viajantes do século XVIII que tratavam o conhecimento de uma forma enciclopédica.

Os diários de viagens confeccionados durante a expedição serviram posteriormente para a produção de memórias zoológicas, botânicas, mineralógicas, e histórico-geográficas. A *Notícia histórica* serviu

para a elaboração de uma memória antropológica, que também estaremos analisando, a:

"Notícia da Nação Juioana a que chamam hoje Sacaca"⁵

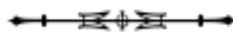
Além das memórias, outros documentos como os roteiros, as relações de remessas, as correspondências e os jornais de viagens possuem informações sobre a autoria dos desenhos, o procedimento de confecção, ou o local onde foram produzidos que auxiliam na compreensão do conjunto iconográfico da Viagem Philosophica. Este tipo de fonte traz elementos sobre a construção da ciência, que nos permite acompanhar como ela é feita. Alguns autores dos "Estudos Sociais das Ciências" defendem a utilização de outros tipos de documentos, como os cadernos de anotações científicas, as correspondências etc, no estudo da construção social do conhecimento (LYNCH; WOOLGAR, 1990).

A *Notícia Histórica* relaciona-se diretamente ao *"Prospecto da Villa de Monforte na Ilha Grande de Joannes"* (Figura 1), confeccionado por Freire em novembro de 1783 (mede 33 centímetros de largura. (RODRIGUES, 1952, p. 87). Ele também relaciona-se indiretamente a uma série de desenhos zoológicos e botânicos produzidos durante a expedição para a ilha ou, posteriormente, em Belém, através da observação das coleções preparadas na expedição.

As imagens acima descritas são consideradas em três aspectos que se integram: à *forma* em que estão compostos os elementos plásticos e estruturais da representação; ao *conteúdo* onde são expostos os conceitos da representação e ao *contexto histórico* em que foram produzidas as imagens.

Os aspectos das representações considerados acima são inseparáveis e complementares. Assim, os diversos elementos plásticos e estruturais que se associam à forma como a utilização de cores, de perspectiva, de proporção e distribuição dos objetos

⁵ In: Ferreira (1974, p. 99-101).



representados, mostram-nos os métodos utilizados pelos artistas. Os aspectos históricos do método e da técnica na representação artística se relacionam às condições predominantes de produção e consumo da arte da época. A caracterização das formas de representações da Viagem Philosophica pode conduzir a elementos artísticos e científicos reveladores da natureza das imagens. Os desenhistas utilizavam-se de alguns modelos figurativos de observação, classificação e descrição zoológica, botânica e histórico-geográfica que se integravam à cultura visual da época.

O acervo iconográfico da Viagem Philosophica nos mostra uma gama variada de tipos de representação: desenhos de animais, plantas, índios e seus utensílios; mapas e plantas cartográficas; prospectos (ou perspectivas) de cidades, vilas, rios, cachoeiras e serras; perspectivas de máquinas agro-industriais; plantas de edifícios e de casas (FERREIRA, 1971). Na análise dessa série iconográfica ainda pouco explorada, Alexandre Rodrigues deixa de ser o único personagem da expedição, sendo necessário, também, um estudo sobre a vida e obra dos outros participantes, com um foco central para seus dois desenhistas: Freire e Codina. A formação científica e artística dos desenhistas pode nos conduzir a elementos importantes na interpretação das imagens.

Desenhista e cartógrafo, José Joaquim Freire (1760-1847) teve uma ampla atividade artística e científica. Foi aprendiz do artista João de Figueiredo. Juntamente com Codina, durante a expedição, Freire confeccionou diversos tipos de representações científicas e mapas. Posteriormente à viagem, retomou seu cargo de desenhista no Real Museu e Jardim Botânico de Ajuda. Inventou máquinas (uma sege de salvação de incêndios) e publicou em 1842 a obra: *Analyse demonstrativa, calculos e reflexões*. Ingressou na carreira militar em 1798, trabalhando como cartógrafo no Arquivo Militar. Sobre Joaquim José Codina temos poucas informações, mas sabemos que também era desenhista da Casa do

Desenho. Retornou para Lisboa em 1793, porém, não sabemos de seu paradeiro posteriormente à expedição.

A variedade de formas representacionais da Viagem Philosophica requeria dos artistas conhecimentos em diversas áreas: nas práticas artísticas em desenho e pintura que requisitavam conhecimentos em matemática e física, necessários para os desenhos em perspectiva, em história natural, em arquitetura e em cartografia. A representação enciclopédica que a viagem requeria levou a uma forte aproximação entre as artes e os diversos campos da ciência sintetizados nas obras dos desenhistas Freire e Codina.

Para compreendermos as mensagens científicas reveladas em cada imagem, necessitamos fazer uma caracterização dos desenhos. Isto implica na compreensão de como os naturalistas convencionavam na época suas observações, descrições e classificações. Dividimos o numeroso e variado acervo iconográfico da Viagem Philosophica em três categorias científicas: zoológica, botânica e histórico-geográfica, considerando-se os propósitos científicos, políticos, artísticos e sociais da expedição. Os temas de zoologia e botânica incluem os fenômenos do mundo animal e vegetal. Na categoria histórico-geográfica são retratadas as atividades, utensílios, ornamentos, trajes, habitações dos habitantes da Amazônia, assim como cenas de cidades, vilas, fortalezas, rios, cachoeiras, montanhas, habitações, canoas, barcos etc e, ainda, os mapas confeccionados posteriormente à viagem.

A forma e o conteúdo das imagens devem sempre ser considerados no contexto político, econômico e social da Viagem Philosophica que se encontram explícitos ou implícitos nos desenhos ou nos textos complementares às imagens. O contexto histórico pode determinar alguns elementos de suma importância, como a escolha dos locais que seriam desenhados de acordo com sua localização geográfica, importância econômica ou informações socioculturais que deviam ser descritas para a efetiva





Figura 1. Prospecto da Villa de Monforte na ilha Grande de Joannes. Original confeccionado por Freire em novembro de 1783. Extradio de Ferreira (1971, p. 55).

colonização, detalhamento das representações de zoologia ou botânica pelas possibilidades de exploração dos animais e plantas de cada local etc.

Os objetos retratados por artistas e naturalistas durante as viagens científicas giravam em torno dos objetivos de cada expedição e do contexto científico, artístico, político e social em que as expedições científicas se inseriam. Uma nova forma descritiva de representar e domesticar o mundo fez parte do grande projeto de expansão política e comercial que a Europa planejava. É na articulação de natureza político-administrativa, científica e econômica que devemos compreender as grandes expedições científicas e militares patrocinadas e idealizadas pelos estados europeus com objetivos claros de apropriação de regiões geográficas e exploração econômica de suas potencialidades (DOMINGUES, 1991). Neste contexto que estudamos a Viagem Philosophica de Ferreira e particularmente neste artigo, os desenhos e textos produzidos na expedição para a ilha do Marajó.

CARACTERIZAÇÕES HISTÓRICAS E GEOGRÁFICAS DE MONFORTE

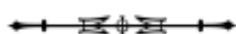
Na perspectiva de integração entre arte e ciência, analisamos o *Prospecto da Villa de Monforte* (Figura 1) relacionando-o aos textos escritos por Alexandre Rodrigues Ferreira. Ele é uma representação do grupo histórico-geográfico da iconografia da Viagem Philosophica. Os desenhos deste grupo condizem com os objetivos de Ferreira de compor a história natural, civil, filosófica e política do Estado. Além disto, são registros complementares aos levantamentos geográficos das Comissões de Demarcações de Limites (REIS, 1957; DOMINGUES, 1991). História e a geografia eram integradas para mostrar a “*antigüidade dos estabelecimentos portugueses*” e caracterizar a posse lusitana do território, servindo como instrumentos de controle territorial e humano. Quanto à forma do Prospecto de Monforte, de início, poderíamos caracterizá-lo como uma *paisagem*,

assim como outras cenas de cidades, vilas, povoações, rios e cachoeiras da Viagem Philosophica. Porém, como assinalado no título, trata-se de um *prospecto*. Buscando em alguns dicionários da época os significados para os termos *prospecto* e *paisagem*, não encontramos uma diferenciação clara entre eles. Em um dicionário histórico de arte de um português (RODRIGUES, 1875), encontramos a seguinte designação para *prospecto*:

“Do latim, prospectus: ver de longe. (Architectura) Representação óptica de obras d’arte e da natureza, principalmente de edifícios. ‘E chamam os latinos a ver d’este modo prospecto, de onde vem perspectiva, e os gregos lhe chamam optica’”.

Esta significação aponta para algumas considerações sobre a forma *prospectiva* de desenhar. O *prospecto*, antes de tudo, pode ser entendido como *perspectiva*. Quanto à forma, este tipo de representação é diferente dos desenhos de animais, índios e plantas que não foram pintados em perspectiva. Ferreira, em sua correspondência, designa *prospectos* como *desenhos em perspectiva* ou, simplesmente, *perspectivas*. Ele explica que estas representações demoram mais tempo para serem feitas, por que em si agregam duas funções, a da utilidade e a do prazer estético.

Os prospectos da Viagem Philosophica podem também ser denominados cartas topográficas. As cartas topográficas que mostravam predominantemente a topografia do local informavam também sobre a disposição das casas, sobre a vegetação local, sobre o movimento de embarcações, como encontramos no prospecto de Monforte (Figura 1). Estas formas de representação, amplamente utilizadas na Viagem Philosophica, foram baseadas em tradições representativas que se estabeleceram desde o século XV, em que as formas topográficas também dependiam, em grande medida, da posição onde se encontrava o desenhador quando retratava seu objeto. No prospecto de Monforte, o desenhador encontrava-se na margem oposta do rio quando observava a povoação para retratá-la. A topografia



do local permitia que ele vislumbrasse a cidade na altura de seus olhos, o que determinou que a representação fosse feita em perfil. Como em Monforte não havia um local mais elevado onde o desenhador pudesse observar a cidade do alto, a única forma de registro do local era em perfil. A conceituação para perfil apontada por Souza (1995, p. 78) também se enquadra na caracterização destas perspectivas:

"O perfil na arte de paisagem consiste num recurso formal de representação de lugares no qual unem-se cartografia e arte: nele são providas informações sobre a situação geral do lugar no que diz respeito à conformação topográfica e aos acidentes geográficos como a existência de rio, lago ou mar."

A representação das cidades em perfil foi uma das primeiras formas de representação das paisagens costeiras por europeus na América, após o descobrimento. A tradição de retratar a cidade vista a certa distância, no nível do olhar do observador, relaciona-se fortemente com a prática da navegação. Antigos navegadores tinham o hábito de desenhar perfis de linhas costeiras que eles viam em suas viagens para funcionarem como um guia para futuras viagens, pois forneciam informações úteis sobre a localização e o reconhecimento dos lugares (SOUZA, 1995, p. 78).

O modo que os desenhadores utilizavam para representar seus prospectos constituía uma aproximação entre as técnicas de desenho, pintura e perspectiva e um modo *cartográfico* de representar as paisagens. Alpers (1999) destaca que, na Holanda, no século XVII, havia uma congruência entre cartografar e pintar, devendo-se considerar tanto os aspectos artísticos quanto geográficos dos mapas e paisagens topográficas para se compreender a cartografia holandesa deste período. Uma convergência entre as informações e suas representações surgiu com as grandes expedições do século XVI, o que teria impulsionado o estudo e a representação da flora, fauna e geografia e de suas representações. Estas eram feitas englobando todos os aspectos em um único mapa: "a astronomia, a

história do mundo, as vistas de cidades, os costumes, a flora e a fauna vieram a aglomerar-se em imagens e palavras ao redor do centro oferecido pelo mapa" (ALPERS, 1999).

Em Portugal, na segunda metade do século XVIII, esta congruência entre cartografia e pintura também ocorre, porém, consideramos que havia um sentido de complementaridade entre as representações, em que as vistas topográficas ou prospectos mostravam cenas que os mapas não representavam.

As observações geográficas, assim como os desenhos que lhes eram complementares, relacionavam-se à geografia física, em que: "*todas as observações que tiverem feito sobre o fisico do paiz, serão bem aceitas, principalmente aquellas, que possão de algum modo ser uteis para o augmento do commercio e das artes*", de acordo com *Breves instruções* (1781). Constatamos aqui o princípio da utilidade, premissa básica da ciência moderna, onde as observações e descrições serviriam para o desenvolvimento do comércio e da indústria. Nas *Instruções* (1956, p. 49) para os membros da expedição, encontramos também estes princípios pragmáticos, onde os objetivos da expedição seriam apenas o da "*utilidade da Pátria*" e do "*crédito da Nação*".

Os prospectos de cidades, vilas, povoações e edifícios podem ser caracterizados como *urbanos*, devendo ser analisados em conjunto para uma visualização mais completa possível das povoações. Não iremos tratar desta categoria esteticamente, ou com os estilos arquitetônicos e artísticos presentes nas representações, pois o que nos interessa são os conceitos geográficos e científicos implícitos ou explícitos em tais desenhos. Alguns desses prospectos, como as fortalezas e monumentos, contêm informações sobre as estratégias político-militares da ocupação amazônica, outros, como os desenhos das casas, possuem informações socioculturais sobre o modo de viver dos índios e brancos da Amazônia.

A estrutura urbanística representada no prospecto de Monforte (Figura 1) simbolizava a administração



temporal instituída durante a administração pombalina. Foram criadas instituições como a câmara, o pelourinho, a cadeia, a residência do diretor, a igreja e as casas para o exercício de funções, como os armazéns e as casas das canoas que se tornaram símbolos do poder do Estado e serviam como ferramentas para a concretização das políticas que seriam implantadas na região Amazônica (DOMINGUES, 1995). Pelo Alvará de 7 de junho de 1755, foi abolido o governo temporal e espiritual que tinham os missionários. As aldeias passaram a ser vilas e lugares, ficando dez povoações na ilha de Joannes (ou Marajó): 5 vilas e 5 lugares. As antigas aldeias com nomes indígenas foram renomeadas – atitude que simbolizaria a apropriação e controle da população. Os missionários tornaram-se apenas orientadores espirituais e criou-se uma nova estrutura política para empregar governadores, juizes, vereadores e outros oficiais.

Na casa do Capitão da ordenança da vila, assinalada com o nº 4, ficava a Câmara. Símbolo da dominação portuguesa, assim como em outras vilas da ilha de Joanes, a câmara era presidida por dois juízes (um branco e um índio), três vereadores (índios ou brancos), um escrivão (sempre branco), um procurador, oficiais de justiça e o Principal dos Índios (*Notícia histórica*). No prospecto estavam ainda assinalados o Armazém da Vila e do pesqueiro Real (nº 3), onde estavam contratados os índios da vila e a Casa das Canoas (nº 5), elementos comuns na urbanização amazônica e essenciais ao cotidiano das povoações.

As construções assinaladas no prospecto distinguem-se das outras por serem cobertas de telhas e construídas com pedra e cal. As casas estão alinhadas geometricamente às margens do rio, urbanização característica das vilas amazônicas da segunda metade do século XVIII. Tal geometrização urbanística enquadrava-se na política urbanizadora do Marquês de Pombal e mostrava a ocupação portuguesa e a efetivação da prática colonizadora. Ao fundo das casas, está representada a vegetação.

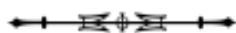
A canoa do Ouvidor, assinalada com o nº 6, estava sendo utilizada pelos membros da Viagem Philosophica. Trata-se de uma canoa coberta de madeira, normalmente utilizada no transporte dos oficiais do estado. A importância da marinha no interior do estado para o desenvolvimento econômico da região, para o transporte das drogas do sertão e produtos agrícolas produzidos no estado, assim como para a dominação política e militar através das inspeções, foi um tema bastante debatido pelo naturalista. Em várias de suas memórias ou diários, Ferreira analisa as técnicas de navegação, a construção de embarcações e as condições físicas de cada região.

Num primeiro plano do prospecto de Monforte, encontramos o rio navegado por duas canoas, ou igarés. A presença de embarcações nos prospectos das povoações é muito comum na iconografia da Viagem Philosophica, pois, além de documentarem as construções náuticas características, também eram símbolos políticos e de prosperidade comercial da colônia. Quanto maior o tráfego de canoas nos rios, maior seria o transporte de gêneros agrícolas e industriais, o que simbolizaria o desenvolvimento comercial da colônia.

Em suas funções filosóficas, Ferreira estava examinando as condições naturais da ilha para seu crescimento populacional e desenvolvimento econômico. O naturalista mostra-se bastante entusiasmado com as condições naturais da ilha, considerando-a:

"no tocante à sua extensão, fertilidade, produções, rios, situações, como o embrião de uma vasta província" (*Notícia histórica*, p. 150).

O autor se debruça, então, em cada um destes fatores tecendo considerações que pudessem levar ao desenvolvimento agrícola e comercial. Sob esta perspectiva desenvolvimentista, ele fez uma análise da situação hidrográfica e das possibilidades de navegação para o transporte de gêneros produzidos na ilha:



"Examinarei agora se, para crescer a povoação, faltam na Ilha rios, que sirvam para os transportes dos seus gêneros... não entro no detalhe particular dos rios todos, e igarapés grandes ou pequenos; porque só fito a vista nos que ou são, ou se podem fazer mais navegáveis, é posta esta prevenção" (*Notícia Histórica*, p. 156)

No tocante à hidrografia, suas observações são feitas tanto pessoalmente, quando esteve no campo, quanto na análise de uma carta geográfica "que em seu modo traçou o Comandante" (*Notícia Histórica*, p. 157). Ele descreve a situação dos principais rios e lagos da ilha, tecendo algumas considerações sobre os gêneros produzidos e a fertilidade dos solos. O prospecto pode ser considerado complementar à Carta Geográfica por ele indicado, mas por suas descrições não é possível determinar o autor, data e título, dificultando sua localização.

O destaque especial conferido ao rio e às embarcações no prospecto de Monforte condiz com a memória do naturalista e suas análises referentes ao transporte. A navegação marajoara para Ferreira (*Notícia Histórica*) fazia-se em função das condições naturais como as marés, as correntezas, as direções dos ventos, assim como das necessidades comerciais com o transporte do gado o ano todo. O naturalista em seu pragmatismo aponta o desenvolvimento náutico pelas necessidades comerciais da população:

"... mas que outro remédio tem senão atravessá-las em todo o tempo as Canoas, que transportam o gado para os açougues da cidade? Eis aqui a necessidade, que sempre foi a mestra da indústria, também neste país feita mestra da navegação: observam que os ventos reinantes na Costa da Ilha ... e praticada contudo a prudência náutica, atravessam para a ilha grande..." (*Notícia Histórica*, p. 148)

Situada sobre a costa do rio Amazonas, a vila localizava-se em frente ao canal da cidade de Belém, dando para observar "os navios que demandam o porto do Pará, e da Vila expede o Comandante uma Canoa de aviso ao General dando-lhe parte do Lugar em que descobre o navio, do seu tamanho e o mais que pode observar" (*Notícia Histórica*, p. 162). A localização estratégica da vila possibilitava o controle

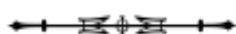
comercial e a defesa da ilha e da capital do estado do Grão-Pará e Maranhão. Com uma população em torno de 700 pessoas, a vila de Monforte contava com oficiais das quatro companhias militares criadas por João Pereira Caldas e mais as ordenanças de índios, que se localizavam no Quartel Comandante, assinalado no prospecto com o nº 2.

A associação de Ferreira entre o sistema hidrográfico e a navegação no estado do Grão-Pará convinha com a política colonizadora de conquista, legitimação, exploração e defesa do território. A observação dos sistemas fluviais na Amazônia era um instrumento de ação política onde os rios seriam os canais para possíveis penetrações estrangeiras que deveriam ser evitadas. Além disto, eram o meio de transporte e de escoamento da produção agrícola, mineral e das *drogas do sertão* (produtos nativos como cravo *Eugenia caryophyllata*, salsa parrilha *Smilax officinalis*, cacau *Theobroma cacao* etc, que eram extraídos das matas) que consolidariam a política mercantilista portuguesa na região. Assim, os prospectos de rios e cachoeiras, juntamente com as cartas hidrográficas serviriam como instrumentos de efetiva dominação e colonização da Amazônia, pois *indicariam* as rotas fluviais.

HISTÓRIA DOS JOANNES

As considerações de Ferreira sobre a história da ocupação da ilha e de seus habitantes são expressas tanto na *Notícia Histórica* (1964), como num texto possivelmente composto quando ele esteve no local intitulado "Notícia da nação Juioana a que chamam hoje Sacaca", (FERREIRA, 1974, p. 99-101). As considerações históricas e etnográficas dos povos da ilha de Marajó interessaram o naturalista, mas parece não terem sido registradas em nenhuma imagem, pois não encontramos desenho dos índios descritos por Ferreira.

Não podemos dizer que as descrições dos índios por Ferreira sejam antropológicas, pois, na época, a antropologia ainda não estava estruturada. As



observações sobre os humanos estavam muito mais próximas da zoologia. Na obra de Ferreira, constatamos este tipo de tratamento principalmente nas *Observações gerais e particulares sobre as classes dos mammaes* (FERREIRA, 1972, p. 67-204). O naturalista inicia este texto tratando dos homens americanos, que seriam da ordem dos Primatas:

"O homem natural ficou sendo o objeto das observações dos naturalistas. A sabedoria ligada à sua alma, a docilidade e o ensino, forma o caráter essencial de sua espécie. A diversidade de sua cor, os diversos lugares em que habita, os seus usos e faculdades corporais, indicam que, como em outros animais, também a sua espécie apresenta variedades." (FERREIRA, 1972, p. 74).

Para nós, a perplexidade é causada por serem agrupados os indígenas das etnias visitadas pelos componentes da expedição juntamente com os outros animais. Tal concepção é condizente com a história natural do século XVIII, quando se acreditava na Grande Cadeia do Ser: uma hierarquia na qual havia uma descendência a passos graduais e contínuos, na qual o homem europeu ocupava o topo da cadeia, passando pelos humanos "mais inferiores", pelos animais, posteriormente pelos vegetais, até o mais inferior dos minerais (TOULMIN; GOODFIELD, 1990). As concepções etnográficas de Ferreira, na qual ele buscava uma hierarquia entre os indígenas condizem com esta teoria.

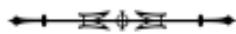
De acordo com a *Notícia Histórica*, a vila de Monforte foi constituída pelos índios da nação Juioana (daí vem o nome da ilha, que depois se reduziu a Joannes) numa guerra com os Aroãs. Os índios Juoianes (posteriormente chamados Sacacas) habitavam o interior da ilha, quando os Aroãs, juntamente com os Tupinambás, obrigaram-nos a descer para a costa. Os Juoianes foram à cidade do Pará, sujeitando-se ao domínio português em troca de auxílio militar na guerra contra os Aroãs, que foram dizimados na ilha pelos portugueses. Assim, os Juoianes ficaram na Aldeia de Joanes (depois Vila

de Monforte) e os Aroãs espalharam-se em diversas aldeias de administração dos capuchos: Najatuba (depois Vila de Chaves), Conceição (depois Vila de Salvaterra), de São José (depois lugar de Mondim). Indígenas de outras nações espalharam-se em alguns povoados da ilha, como os Ingábas que ficaram nas vilas de Conde e de Beja, de administração dos jesuítas.

As descrições sobre a história da ocupação da ilha ajustam-se aos objetivos de Ferreira de um dia escrever a "História da Indústria Americana" (COELHO, 1998), ou seja, através da descrição e análise dos trajes, armas, utensílios e ornamentos indígenas, o naturalista pretendia avaliar o grau de "civilização" dos indígenas, que o levava a coletar, desenhar e descrever os "produtos industriais". Assim, as considerações de Ferreira sobre os índios não eram simplesmente naturalistas e sim históricas, políticas, sociais e econômicas.

Possivelmente foram coletados objetos etnográficos na excursão, mas não foi feito nenhum desenho referente às coleções e aos povos marajoaras. Na documentação resultante da Viagem Philosophica é difícil determinar o preparo de alguma coleção artificial. Hartmann (1991) identifica duas figuras zoomorfas de borracha, que possivelmente foram coletadas por Ferreira na ilha de Marajó. Estes objetos estão na Academia de Ciências de Lisboa e Hartmann determinou o local de procedência pelas descrições de Spix e Martius, que percorreram a região em 1819. De acordo com estes viajantes, os seringueiros colocavam a seiva em formas de barro e moldavam objetos de formas diversas: frutas, animais ou figuras de pessoas. Mas na relação de Agostinho do Cabo (1788) não há referência a nenhum objeto da ilha.

A *Notícia Histórica* e o Prospecto de Monforte mostram, ainda, a história de aculturação dos povos da ilha de Marajó. A igreja matriz, assinalada com o nº 1, era da Invocação de Nossa Senhora do Rosário, Invocação essa que, assim como em outras vilas e lugares da ilha, foi o que "não mudou no



meio desta revolução geral" (*Noticia histórica*, p. 152). Após as reformas pombalinas, os eclesiásticos não possuíam mais o poder temporal, apenas o espiritual. Porém, os missionários continuavam a exercer uma função na colonização dos índios, através da catequização e de alguns descimentos de índios para as vilas estabelecidas em locais estratégicos.

A representação da igreja simboliza, então, este poder espiritual. É principalmente sob a ótica da história do estabelecimento das aldeias que Ferreira faz referências aos religiosos em vários de seus textos produzidos durante a Viagem Philosophica. Para o naturalista, assim como para a administração colonial, os religiosos deveriam continuar trabalhando no descimento de índios para a criação de novas povoações. Assim, os religiosos ajudariam a efetivar a posse portuguesa do território colonial, arregimentando mão-de-obra indígena para a agricultura das povoações, e estabelecer a colonização na Amazônia. Ao falar dos religiosos mercedários que tinham uma igreja em Belém, no texto explicativo do prospecto de Belém, (FERREIRA, 1784), diz o seguinte:

"Melhor seria, q tanto estes, como os outros frades se empregassem antes, em dêcerem, e aldeassem o Gentio pela pregação do Evangelho, à imitação dos seus instituidores, do q estarem enchendo cellas no convento da cidade, com o pretexto da obrigação do côro. Esta obrigação suppoem q não collide com ella outra obrigação de maior serviço para D.s [Deus] e para S. Mag.e."

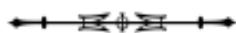
Mesmo após a expulsão dos jesuítas durante o consulado pombalino, o poder eclesiástico ainda possuía grande expressão econômica na região - algumas ordens eram donas de diversas fazendas, como os mercedários que possuíam as melhores fazendas de gado na ilha de Marajó e um engenho de açúcar. As igrejas da capital simbolizavam a centralização deste poder eclesiástico na economia, na política e na sociedade do estado do Grão-Pará, e as igrejas de cada povoado se subordinavam a elas, simbolizando as práticas de aculturação dos índios.

OS ANIMAIS DA ILHA DE MARAJÓ

Nesta viagem para a ilha de Marajó, o jardineiro botânico Agostinho do Cabo esteve gravemente doente a maior parte do tempo, com exceção de nove dias. Por isto, os desenhadores estiveram incumbidos de fazer as preparações dos produtos naturais, habilidade extra destes profissionais de acordo com as vicissitudes do campo, consumindo-lhes bastante tempo e impedindo que fizessem muitos desenhos (Carta de Alexandre Rodrigues Ferreira, datada do Pará a 23 de dezembro de 1783 apud LIMA, 1753, p. 118-119).

Apesar do tempo reduzido para a confecção de desenhos, há algumas estampas referentes aos animais da ilha de Marajó. Esta determinação pode ser feita por algumas indicações nas estampas, como é o caso da estampa de um tucano de papo branco de Monforte pousado em um cajueiro. O animal vem assinalado com o nº 1, a árvore com o nº 2 e na parte inferior da representação há uma legenda explicativa: "Nº 1 *Ramphastos niger, orbitis pedibus que caeruleis, uropygio, rostri que carina longitudinaliter luteis, pectore albo, rubro fimbriato. Tucano de papo branco, de Monforte. Freire, anno de 84*"; "Nº 2, *Inarcadian occidentale. Linn. Cajú.*" (Figura 2). Pela data da estampa – 1784 – que corresponde à época em que os membros da expedição já tinham voltado da ilha e encontravam-se em Belém, verificamos que não foi feita pela observação do animal vivo no campo, mas sim posteriormente em Belém. Muitas das estampas foram confeccionadas pelos desenhadores na casa em que se hospedaram na rua do Norte na capital do Estado. No meio da sala da casa havia uma grande mesa onde Ferreira trabalhava e, defronte às janelas, havia duas mesas onde os desenhadores 'riscavam' os desenhos desde o sábado de noite até segunda-feira de manhã (FERREIRA, 1933).

Além desta ave, há mais duas do Marajó: o "Quirirú de Marajó" *Guira guira* (GMELIN, 1788) (Figuras 3-4) e o "Pato do Marajó" *Neochen jubata* (SPIX,



1825) (Figura 5) (TEIXEIRA, 1998). Na *Notícia histórica*, Ferreira cita alguns dos animais encontrados na ilha e menciona o tucano de papo branco (também outros tucanos: o aracari e o encarnado) e o pato. Além destes, ele fala que são notáveis o tijou, jaburu, maguari, urubus negros, urubus tingas, as corujas, mochos, corvos, papagaios, araras, as marandubeiras, amanaciras, tem-tem, guará, jacamins etc, que podem ter sido coletados e desenhados na excursão à ilha, mas não encontramos nenhum desenho referente a essas aves.

Além das aves, pode ser que haja mais desenhos de animais da ilha de Marajó. Na 2^a remessa de 24 de dezembro de 1783, foram enviados a Lisboa três jacarés: dois preparados e um esqueleto, dois mamíferos terrestres vivos e um esqueleto de mamífero aquático e, possivelmente, outros animais, como aves e peixes que não foram citados por Agostinho do Cabo (1788) na sua relação das remessas para Lisboa. A respeito dos jacarés é bastante provável que haja desenhos, pois chamaram bastante a atenção de Alexandre Rodrigues pelo tamanho em sua "Memória sobre os jacarés do estado do Grão-Pará" (FERREIRA, 1972, p. 45)

"Há três variedades de jacarés: a primeira chamada de jacaré-açú ou grande, a segunda chamada jacaré-tinga ou branca e a terceira jacaré-curuba ou de sarna. Supõe-se que existem em maior ou menor abundância nos rios do Estado do Pará; contudo, não vi tantos nem tão grandes como na Ilha grande de Joanes, também chamada Marajó; no lugar de ouseiro ou Urubuquara, na Vila de Monte Alegre ou Curupatuba, na Vila de Santarém, ou Tapajós, na Vila de Alter do Chão ou Murari, nos Lagos de Vila Franca ou Cumaru, em Vila Boim e na de Pinhel, todos no rio Tapajós"

Encontramos apenas uma estampa do jacaré-tinga *Caiman crocodilus* (LINNAEUS, 1758 apud FERREIRA, 1971) (Figura 6), mas pode também ter sido feita em Santarém no rio Tapajós, de onde foi enviado a Lisboa, em janeiro de 1785, na 5^a remessa, um exemplar desta espécie (Carta Ferreira de Santarém a 9 de Janeiro de 1785. apud LIMA, 1953, p. 140-141). Na memória sobre a ilha,

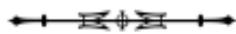
Ferreira cita os seguintes animais que podem ter sido posteriormente representados, como peixes-boi *Trichechus inunguis*, pirarucus *Arapaima gigas*, dourados *Coryphaena hippurus* etc. (*Notícia histórica*, 162).

A imbricação entre arte e ciência para a produção destes desenhos zoológicos, leva-nos a buscar, na prática do desenho artístico, os significados atribuídos a estas imagens, revelando alguns significados concernentes à forma das representações de animais na *Viagem Philosophica*. Com uma natureza essencialmente descritiva, tais desenhos não se restringem apenas ao delineamento fiel de uma figura. No caso, o que é denominado aqui como *desenho*, corresponde à representação de todos os detalhes do objeto de forma mais naturalística possível, devendo ser "riscados" todos os detalhes com o máximo de precisão possível. Em um vocabulário de termos artísticos, Michel Angelo Brunetti (1815) assim designa o desenho:

"Desenho: na pintura entende-se de dous modos; significa o delineamento, a traça ou a idéia que concebe no pensamento o pintor; com a qual pinta na imaginação o quadro ou figura ainda antes de começar; e toma-se também pela justa medida, e proporção, ou forma exterior que devem ter os objectos, que são imitados ao natural."

O maior realismo dos desenhos de história natural dependia tanto da delimitação das formas de maneira mais próxima ao natural, quanto da utilização de cores pelas técnicas da aquarela. Este tipo de representação seria fronteiriço entre a pintura e o desenho, com uma absorção peculiar entre eles, com as funções de documentar e de representar o objeto, tanto pela precisão no delineamento das formas quanto pelas composições e graduações das cores que, aliadas, conferiam o máximo de realismo aos desenhos:

"Os desenhos coloridos chamam a atenção para o duplo aspecto de uma representação pictórica: eles documentam o que aparece e também representam como ele aparece" (ALPERS, 1999, p. 103).



Os desenhos feitos por Freire e Codina, durante a Viagem Philosophica, teriam, então, este duplo aspecto de documentação e de representação de plantas, animais e pessoas. No século XVIII as descrições e representações eram feitas de modo distinto, separando-se em representações isoladas espécies animais, vegetais ou minerais, mas havendo total conexão entre elas.

Os desenhos de animais da Viagem Philosophica foram agrupados em um volume que foi caracterizado, na época, por algum naturalista em seis subgrupos (índios, quadrúpedes, aves, anfíbios, peixes e insetos). Particularmente os mamíferos foram divididos, por Alexandre Rodrigues Ferreira, em quadrúpedes, alados e pinados. Posteriormente, ele trata individualmente cada uma das ordens, com descrições físicas sobre diversas espécies, incluindo, ainda, os usos econômicos, dietéticos e médicos de cada animal. Muitas destas espécies foram representadas em desenhos.

O grupo botânico distingue-se do zoológico tanto na classificação científica quanto nas técnicas representativas. Este grupo era o de maior interesse para a ciência, a política e a economia da época, o que explica o grande volume de desenhos de plantas que foram confeccionados durante a expedição. A BNRJ na obra *Amazônia redescoberta no século XVIII* (1992) e Belluzzo (1994) editaram alguns desenhos da expedição, dentre os quais, há alguns de botânica, que são apenas uma pequena mostra dentre o grande volume de 664 desenhos de plantas produzidos durante a Viagem Philosophica e de várias cópias. A ausência de estudos sistemáticos e taxonômicos destes desenhos dificulta uma análise comparativa entre os originais e suas cópias e na caracterização de cada espécie.

A investigação botânica necessariamente implicava na confecção de desenhos, que seriam complementares às descrições textuais. A descrição textual também devia permitir a elaboração de representações. Esta dualidade imagem-texto foi apontada, no início do século XIX, por Félix de Avelar Brotero:



Figura 2. (1) Tucano de papo branco, de Monforte. (2) *Anacardium Occidentale* Linn. Caju. Original confeccionado por Freire, em Belém, em 1784. Pela indicação na legenda, provavelmente o espécime de tucano foi recolhido na ilha de Marajó e desenhado posteriormente (HARTMANN, 1991).



Figura 3. Anum branco, tariri ou quiriri (anômalo) (*Guira guira*). Possivelmente foi confeccionado na ilha de Joannes (Marajó). Cópia confeccionada posteriormente à expedição na Casa do Desenho do Real Jardim Botânico de Ajuda. (FERREIRA, 1971, p. 97).



Figura 4. Anum branco, tariri ou quiriri (anômalo) (*Guira guira*). Possivelmente foi confeccionado na ilha de Joannes (Marajó). Original. (FERREIRA, 1971, p. 98).



Figura 5. Marrecão – pato de marajó (*Neochen jubata*). Original (FERREIRA, 1971, p. 81).



Figura 7. Sucuri (*Eunectes notaeus*) capturando capivara. Cópia confeccionada na Casa do Desenho. (FERREIRA, 1971, p. 62).

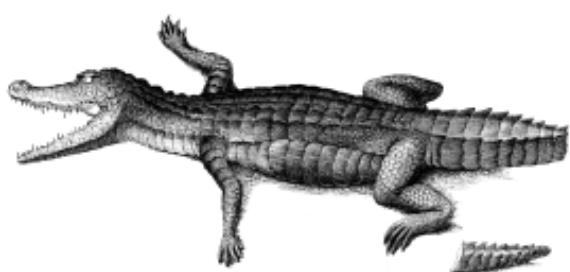


Figura 6. Jacaretinga (*Caiman crocodilus*). Original (FERREIRA, 1971, p. 65).

"As estampas são na verdade de grande socorro, mas he raríssimo de encontrar alguma em que não hajão defeitos e descuidos; demais disso há muitas circunstâncias que não se podem nellas bem exprimir, as quaes se podem pelo contrario bem expor nas descripções. Huma descripção, na qual se mencionasse completíssimamente a forma exterior, estado orgânico, e toda a natureza de huma planta, dando-se della huma boa estampa, seria hum fixo monumento da dicta planta, e não deixaria para observar a respeito della o que huma descripção abbreviada, ainda que reunida a huma boa Estampa, costuma deixar"⁶

⁶ Brotero, *Compêndio de Botânica ou Noções Elementares desta Ciência...* t. primeiro. Paris, 1788, p. LXIX. apud Faria, 1999, p. 108.

Muitos dos desenhos de plantas da Viagem Philosophica são assinados e têm algumas anotações concernentes à data e ao local de execução, ao período de florescimento da planta, ao seu nome etc. Tais desenhos possuem relações implícitas com algumas memórias botânicas, porém, a explicação e a descrição de cada espécie provavelmente constava nos diários botânicos, desaparecidos desde 1833.

Para a classificação das plantas são necessárias apenas quatro variáveis: forma dos elementos, quantidades desses elementos, maneira como se distribuem no espaço uns em relação aos outros e grandeza relativa de cada um. Estas variáveis deviam ser representadas nos desenhos botânicos de modo a possibilitar a classificação da espécie, e poderiam, também, ser aplicadas às cinco partes da planta – raízes, caules, folhas, flores, frutos (FOUCAULT, [199_?]).

No caso dos desenhos da ilha do Marajó, há um desenho do cajueiro (Figura 2), que é possível analisar. Ele foi identificado na Viagem Philosophica, como consta na sua legenda (*Inarcadian occidentale. Linn. Caju*). Esta imagem diferencia-se dos outros desenhos botânicos impressos que consultamos, pois há uma ave pousada nos galhos da árvore. Esta composição da imagem determinou a forma do desenho. Diferentemente de outros desenhos botânicos da Viagem Philosophica, quando o expectador se depara com a imagem, é possível uma noção de escala de cada parte representada da planta – os frutos, as folhas e as flores. Isto é possível porque o tucano serve como um ponto de referência num olhar relativo entre as proporções do animal e das partes da planta.

Outra disparidade com o conjunto de desenhos botânicos é que nesta representação os quatro componentes visuais das flores – forma, posição, tamanho e distribuição no espaço – não foram representados, impossibilitando a classificação da espécie pelo sistema linneano. Mas como já se tratava de uma espécie conhecida, que inclusive foi identificada durante a viagem, a representação

minuciosa do sistema sexual da planta não foi necessário. Em outros desenhos de plantas da Viagem Philosophica, o sistema sexual é minuciosamente representado em tamanho natural.

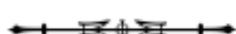
As descrições geográficas escritas nos diários e textos da Viagem seriam complementares às observações zoológicas, botânicas e mineralógicas, assim como às coleções de história natural que deviam ser enviadas ao reino, pois, na época, a ciência já considerava uma associação entre a localização geográfica e a distribuição das espécies, conferindo a estes desenhos caráter geográfico implícito. Portanto, as observações de história natural deviam sempre ser acompanhadas de descrições geográficas, como indicado nas Instruções (1956):

"e como não interessa menos conhecer o paiz, que os produz [produtos de história natural], recomenda-se aos correspondentes, que mandem tambem uma descrição geographic della, que comprehend a exacção possivel tudo o que lhe tiverem observado, e lhes parecer mais digno da attenção de um filosofo."

Tal concepção científica nos leva a imaginar a possibilidade de encontrar desenhos de animais e plantas inseridos em seu habitat, como é muito comum nas representações de artistas viajantes do século XIX, como Martius. Mas não encontramos espécies animais ou vegetais integradas em seu ambiente natural na iconografia consultada sobre a Viagem Philosophica.

Muito inspiradoras para o naturalista, quiçá para os desenhadores, as aves da ilha figuravam uma cena de notável beleza descrita por Ferreira (*Notícia histórica*, p. 164), mas possivelmente não foi representada pelos desenhadores, pois não encontramos nenhum desenho assim:

"... é a perspectiva mais galante que os olhos humanos podem ver: porque as árvores em roda, não são árvores, mas viveiros de infinitos jaburus, tijujus, guarases, maguaris, patos..."



A descrição de Ferreira assemelha-se às descrições de cenas *pitorescas* que vão estar presentes nas imagens e textos de diversos artistas-viajantes posteriores a Humboldt. Assim, como definido por Argan (1993, p. 20), “a poética iluminista do pitoresco vê o indivíduo integrado em seu ambiente natural”, o que entra em total consonância com a descrição da bela cena de Ferreira que considera não as espécies individualmente, mas sim em seu conjunto. Porém, o treinamento dos artistas para o desenho de história natural era de fazer os desenhos de plantas e animais mostrando as espécies individualmente.

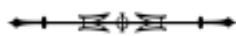
Na iconografia da Viagem Philosophica encontramos algumas tentativas de ambientação, como é o caso do tucano *Ramphastos niger* pousado no cajueiro que nos detemos anteriormente (Figura 2), mostrando os hábitos alimentares do animal. Há também um desenho de uma capivara *Hydrochoerus hydrochoeris* sendo capturada por uma sucuri *Eunectes notaeus* (Figura 7) que apresenta como o réptil estrangula sua presa. A cobra fixa-se, ainda, a um galho de uma árvore. Como se trata de uma cópia e não tivemos referências sobre o original, não sabemos se a estampa foi baseada em uma cena presenciada no campo, ou se foi feita em Lisboa, posteriormente à Viagem, por algum desenhador da Casa do Desenho do Real Jardim Botânico de Ajuda, que se valeu das descrições de Ferreira para confeccioná-la.

Estas tentativas de ambientação dos animais não revelam a diversidade natural, como descrito por Argan, nem tampouco ajustam-se à categoria *ecológica* caracterizada por Catlin (1997), das imagens de artistas viajantes que estiveram na América Latina no século XIX (1810-1860). Este autor propõe uma divisão em quatro categorias de temas tratados pelos artistas cronistas viajantes que estiveram na América Latina: científica, ecológica, topológica e social. Os temas *científicos* incluíam as novas descobertas do mundo mineral, animal e vegetal. Na categoria *topológica* agrupavam-se:

vistas de cidades, lugarejos e praças, cenas portuárias e sítios de importância militar ou geográfica. Na categoria *social*, achavam-se englobadas as atividades e os trajes típicos de toda espécie de gente. As observações *ecológicas* dos cronistas viajantes retratariam a diversidade da natureza em seu conjunto, incluindo as paisagens.

Este modo de descrever e representar a natureza em seu conjunto é uma combinação das concepções artísticas e científicas de Humboldt e dos naturalistas posteriores a ele. Alexander von Humboldt, junto com o francês Aimé Bonpland, fez uma viagem pela América espanhola, entre 1799 e 1804. Especial atenção deve ser dedicada à sua teoria sobre a distribuição das espécies pela topografia do local, o que demanda que as descrições e desenhos representem as espécies exatamente no ambiente em que aparecem. Por outro lado, Humboldt acreditava que a descrição de uma forma estética era essencial para a compreensão do que estava sendo observado. Misturando a descrição científica com o discurso romântico do sublime, Humboldt criou o que ele chamou de “a maneira estética de tratar temas de história natural”. Seu objetivo era produzir no leitor “esse prazer que a mente sensível recebe da contemplação imediata da natureza” (PRATT, 1991). O discurso sublime tratado por artistas como Humboldt e outros naturalistas e artistas que o sucederam, ressalta a grandiosidade e a beleza da natureza e a insignificância do homem perante ela.

Este tipo de paisagem não aparece na iconografia da Viagem Philosophica, pois, nos prospectos geográficos não é indicada a distribuição das espécies, sendo apenas representada uma densa vegetação sem muitos detalhes sobre as espécies botânicas e zoológicas que a compõem, e são retratados, principalmente, os aspectos topográficos e hidrográficos, como montanhas, rios e cachoeiras.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

As imagens de Freire e Codina, juntamente com textos de Ferreira, produzidos na ilha de Joannes (ou Marajó), são complementares e devem ser considerados em suas relações explícitas e implícitas. Na *Notícia Histórica*, Alexandre Rodrigues Ferreira dá uma ampla visão da ilha do Marajó em diversos aspectos como agricultura, comércio, náutica, urbanização, história, etnografia, zoologia, botânica. Seu texto não é somente descritivo. O autor analisa a situação política, econômica, social e natural da ilha e em muitos casos propõe soluções para seu desenvolvimento.

O prospecto de Monforte, com seu caráter essencialmente geográfico, em relação com o texto de Ferreira, revela-nos as ações portuguesas para efetivar a colonização na Amazônia. O prospecto da vila de Monforte mostra como eram planejadas as estruturas urbanas no estado do Grão-Pará que efetivariam a política colonial planejada desde a administração pombalina. As imagens urbanas foram utilizadas pela administração como um instrumento de comprovação da posse dos povoados e de efetivação da colonização no estado.

Constatamos que no prospecto de Monforte os componentes hidrográficos foram ressaltados, revelando os interesses do estado e dos membros da Viagem Philosophica no conhecimento e dominação náutica do sistema fluvial do estado do Grão-Pará. A representação de embarcações no prospecto ressalta a navegabilidade dos rios, componente simbólico de prosperidade comercial, agrícola e econômica da colônia. Ferreira também apresentou interesse na náutica em seus textos, mostrando que o aumento do fluxo de embarcações nos sistemas fluviais levaria ao desenvolvimento agrícola e comercial e seria uma forma de defender o território de invasões estrangeiras.

Em seu texto, Ferreira mostrou sua preocupação com a história da ocupação da ilha e com os costumes dos povos. Isto coincidia com seus

objetivos de narrar a história dos estabelecimentos portugueses na Amazônia. Mas não encontrarmos desenhos dos povos da ilha do Marajó ou indícios de objetos coletados no local.

Numa relação entre os desenhos de animais e os documentos resultantes da expedição, como as correspondências, as relações de remessas e as memórias de Alexandre Rodrigues Ferreira, conseguimos identificar alguns animais que tenham sido desenhados na ilha ou através da observação de espécimes coletados no local. Mostramos uma diferenciação nas técnicas de representação de desenhos de animais e de prospectos geográficos. Foi possível, também, identificar um desenho botânico: de um cajueiro. Este desenho se diferencia do conjunto de desenhos botânicos, pois, no galho da árvore está pousado um tucano, que modifica completamente a composição da imagem, tanto em sua forma, quanto nas informações científicas a serem transmitidas ao expectador.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Profa. Dra. Maria Margaret Lopes pela orientação durante o mestrado e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP pelo financiamento.

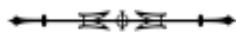
REFERÊNCIAS

Manuscritos

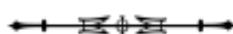
FERREIRA, A.R. 1784. *Miscelânea histórica para servir de explicação ao prospecto da cidade de Belém do Grão-Pará*. 8 de Setembro de 1784. Copiada por Antônio Jansen do Paço no Rio de Janeiro em 14 de Dezembro de 1899, mandado copiar por Manuel Barata. Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro-Lata 282, livro 7. Manuscrito.

Impressos

- ALPERS, S. 1999. *A arte de descrever*. São Paulo: EDUSP.
AREIA, M. L. R.; MIRANDA, M. A. P. 1995. A philosophical journey to the Amazon, 1783-92. *J. Hist. Collec.*, v. 7, n. 1, p. 59-71.
AREIA, M. L. R.; MIRANDA, M. A. P. 1991. Perfil de um naturalista. In: MEMÓRIA da Amazônia: Alexandre Rodrigues Ferreira e Viagem Philosophica pelas Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá. 1783-1792. Coimbra: Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra, p. 13-75.



- ARGAN, G. C. 1993. **Arte Moderna**: do iluminismo aos movimentos contemporâneos. São Paulo: Companhia das Letras.
- BAXANDALL, M. 1989. **Modelos de intencion. Sobre la explicación histórica de los cuadros**. Madrid: Hermann Blume.
- BELLUZZO, A. M. M. 1994. **O Brasil dos viajantes**: um lugar no Universo. São Paulo: Fundação Odebrecht. v. 2.
- BREVES instruções aos correspondentes da Academia das sciencias de Lisboa sobre as remessas dos productos e noticias pertencentes a Historia da Natureza, para formar hum Museo Nacional. 1781. Lisboa: Regia Officina Typographica.
- BRUNETTI, M. A. 1815. **Regras da arte da pintura, com breves reflexões críticas sobre os caracteres distintivos de suas escolas, vidas e quadros de seus mais célebres professores**. Escritas na lingua italiana por Michel Angelo Prunetti. Por José da Cunha Taborda, pintor ao serviço de S. A. R. o príncipe regente N. Senhor. Accresce memoria dos mais famosos pintores portuguezes, e dos melhores quadros seus que escrevia o traductor. Lisboa: Impressão Régia.
- CABO, A. J. 1788. **Relação geral de todos os productos naturaes dos trez Reinos Animal, Vegetal, e Mineral; além das curiosidades artificiais dos Gentios, e Índios domesticados**: as quaes se observarao, recolherao, prepararão, e remettêrão para o Real Gabinete de Historia Natural, em Diligencia da Expedição Philosophica: desde 21 de Outubro de 1783 em que chegou á Cidade do Pará, até 21 de Junho de 1788, em que da Villa de Barcellos, Capital da Capitanía do Rio Negro, se remetteu a oitava, ultima remessa dos Productos do dito Rio; e Decima terceira Remessa dos Productos recolhidos, em todo o estado do Grão-Pará. Manuscrito.
- HARTMANN, T. 1991. **Memória da Amazónia**: Alexandre Rodrigues Ferreira e Viagem Philosophica pelas Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá. 1783-1792. Coimbra: Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra.
- CATLIN, S. L. 1997. O artista cronista viajante e a tradição empírica na América Latina pós-independência. In: DAWN, A. **Arte na América Latina**. São Paulo: Cosac e Naify. p. 41-49.
- COELHO, M. C. 1998. Um conhecimento sobre o Homem. Os indígenas do Rio Negro nas reflexões de Alexandre Rodrigues Ferreira. **An. Arq. Público Pará**, Belém, v. 3, n. 2, p. 215-237.
- CORRÉA FILHO, V. 1939. **Alexandre Rodrigues Ferreira**: vida e obra do grande naturalista brasileiro. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- DIAS, M. O. S. 1968. Aspectos da ilustração no Brasil. **Rev. Inst. Hist. Geogr. Brasil**, Rio de Janeiro, v. 278, p. 105-170.
- DOMINGUES, A. 1995. Urbanismo e colonização na Amazônia em meados de setecentos: a aplicação das reformas pombalinas na capitania de S. José do Rio Negro. **Rev. Ciênc. Histór., Univ. Portucalense**, Lisboa, v. 10, p. 263-273.
- DOMINGUES, A. 1991. **Viagens de exploração geográfica na Amazónia em finais do século 18**: política, ciência e aventura. Coimbra: Imprensa de Coimbra.
- FARIA, M. F. 1999. Da facilidade e da ornamentação: a imagem nas edições do Arco do Cego. In: A CASA literária do Arco do Cego (1799-1801). Lisboa: Biblioteca Nacional.
- FERREIRA, A. R. 1841. Gruta do Inferno. Descrição feita pelo Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira em Cuiabá. **Rev. Trim. Inst. Hist. Geogr. Bras.**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 363-367.
- FERREIRA, A. R. 1933. Miscelânea de observações philosophicas no Estado do Grão Pará (anno de 1784). **Rev. Nac. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 9, p. 55-62.
- FERREIRA, A. R. 1964. Notícia histórica da Ilha de Joannes ou Marajó. In: MIRANDA, M. J. Alexandre Rodrigues Ferreira. **Rev. Livro**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 26, p. 137-164.
- FERREIRA, A. R. 1971. **Viagem Filosófica**: iconografia-zoologia. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura. v. 2.
- FERREIRA, A. R. 1972. **Viagem filosófica pelas capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá**: memórias zoologia e botânica. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura.
- FERREIRA, A. R. 1974. **Viagem filosófica pelas capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá**: memórias antropologia. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura.
- FIGUEIRÓA, S. F. M. 1987. Um exemplo de aplicação da semiótica à História das Ciências a través de análise de fotografias de expedições geocientíficas. **Quipu**, Lima, v. 4, n. 3, p. 433-445.
- FOUCAULT, M. (s. d.). **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes.
- HARTMANN, T. 1956. Instruções relativas à viagem philosophica effectuada pelo naturalista Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, nos anos de 1783-1792. **Rev. Soc. Brasil. Geogr.**, Rio de Janeiro, v. 53, p. 46-52.
- HARTMANN, T. 1975. **A contribuição da iconografia para o conhecimento de índios brasileiros do século 19**. São Paulo: Coleção Museu Paulista.
- HARTMANN, T. 1991. Testemunhos etnográficos. In: **Memória da Amazónia**: Alexandre Rodrigues Ferreira e Viagem Philosophica pelas Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá. 1783-1792. Coimbra: Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra. p. 105-217.
- LIMA, A. P. 1953. **O Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira. Documentos coligidos e prefaciados**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- LYNCH, M.; WOOLGAR, S. 1990. **Representation in scientific practice**. Cambridge: MIT press.
- MARIN, L. 1993. Des pouvoirs de l'image – Gloses. Paris: Éditions du Seuil.
- MENDES, J.R. 1945. Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira – Geógrafo (Ensaio de Síntese). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA EM 1944. 10. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- NOVAIS, F. 1995. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec.
- PATACÁ, E. M. 2001. **Arte, Ciência e Técnica na Viagem Philosophica (1783-1792) de Alexandre Rodrigues Ferreira**: a confecção e a utilização de imagens histórico-geográficas na capitania do Grão-Pará entre Setembro de 1783 e Outubro de 1784. Dissertação (Mestrado) Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.



PRATT, M. L. 1991. Humboldt e a reinvenção da América. **Estud. Históricos**, v. 4, n. 8, p. 151-165.

RAMINELLI, R. 1998. Ciência e colonização: viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 157-182.

REIS, A. C. F. 1957. A Amazônia vista pelo Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira. **Sep. Bol. Soc. Geogr.**, Lisboa.

RODRIGUES, F. A. 1875. **Diccionario technico e historico de pintura, escultura, architectura e gravura**. Lisboa: Imprensa Nacional.

RODRIGUES, J. H. 1952. Alexandre Rodrigues Ferreira: catálogo dos manuscritos e bibliografia. **An. Bibl. Nac.**, Rio de Janeiro, v. 72, p. 11-152.

RUDWICK, M. J. S. 1976. The emergence of a visual language for geological science 1760-1840. **Hist. Sci.**, v. 14, p. 149-195.

SÁ, J. A. 1783. **Compêndio de observações que formão o plano da Viagem Política, e filosofica, que se deve fazer dentro da Pátria**: dedicado a sua Alteza Real o sereníssimo príncipe do Brasil. Pelo Doutor José Antônio de Sá. Oppositor as Cadeiras de Leis da Universidade de Coimbra, e Correspondente da Academia das Ciencias de Lisboa. Lisboa: Officina de Francisco Borges de Sousa.

SOUZA, V. S. 1995. **Gosto, Sensibilidade e Objetividade na Representação da Paisagem Urbana nos Álbuns Ilustrados pelos Viajantes Europeus**: Buenos Aires, Rio de Janeiro e México (1820-1852). Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

TEIXEIRA, Dante et al. 1998. Comentários sobre as aves descritas e figuradas durante a Viagem Philosophica de Alexandre Rodrigues Ferreira ao Brasil (1783-1793). **Historia Naturalis**, v. 1, p. 1-56.

TOULMIN, S.; GOODFIELD, J. 1990. **El descubrimiento del Tiempo**. Barcelona: Piados.

TOULMIN, S.; GOODFIELD, J. 1971. **Viagem Filosófica. Iconografia**: antropologia e geografia. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura. v. 1.

TOULMIN, S.; GOODFIELD, J. 1971. **Viagem Filosófica. Iconografia**: zoologia. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura. v. 2.

Recebido: 07/05/2002
Aprovado: 02/06/2003